



PUC Minas

Conjuntura Internacional

ano 2 • nº 28 • 27/11 a 03/12/05 • ISSN 1809-8162

CENÁRIOS PUC MINAS

Resenhas:

01/12/2005 - Eleições no Haiti são remarçadas pela terceira vezp.01

As eleições gerais no Haiti, que estavam previstas para ocorrerem, em um primeiro momento, em novembro de 2005, foram remarçadas, pela terceira vez. Os responsáveis pela organização do pleito têm enfrentado problemas técnicos e financeiros, além de pressões internacionais. Não obstante, o ambiente de violência que o país vem enfrentado nos últimos anos tem prejudicado o desenvolvimento do processo eleitoral.

01/12/2005 - Explosão em petroquímica chinesa provoca derramamento de benzenop.03

Uma explosão em uma petroquímica chinesa, localizada na província de Jilin, causou um derramamento de benzeno no rio Songhua. O rio abastece a cidade de Harbin, que devido ao acidente teve o fornecimento de água cortado por três dias. Além de Harbin, a cidade russa de Khabarovsk também deve ter seu abastecimento prejudicado.

01/12/2005 - Venezuela e Espanha assinam acordo militarp.05

Chegou à Venezuela, no dia 28 de novembro de 2005, o Ministro da Defesa da Espanha, José Bono. A finalidade de tal visita foi a assinatura do acordo que prevê a venda de equipamentos militares, elaborados por empresas espanholas, ao governo venezuelano.

02/12/2005 - Mudanças no governo argentinop.07

O Presidente argentino, Néstor Kirchner, anuncia uma reestruturação no seu governo. Impulsionado pela eleição no legislativo de 3 de seus ministros, o presidente decide também substituir o ministro da Economia Roberto Lavagna, um dos principais responsáveis pela recuperação econômica argentina.

02/12/2005 - Estados Unidos discute o problema da imigraçãop.09

O intenso fluxo de imigrantes ilegais que adentra o território dos Estados Unidos tem levado a uma crescente importância desse problema no cenário político estadunidense.

Eleições no Haiti são remarçadas pela terceira vez

Resenha
Segurança

Carolina Andressa S. Lima
01 de dezembro de 2005

As eleições gerais no Haiti, que estavam previstas para ocorrerem, em um primeiro momento, em novembro de 2005, foram remarçadas, pela terceira vez. Os responsáveis pela organização do pleito têm enfrentado problemas técnicos e financeiros, além de pressões internacionais. Não obstante, o ambiente de violência que o país vem enfrentado nos últimos anos tem prejudicado o desenvolvimento do processo eleitoral.

Além dos conflitos armados vigentes no Haiti, uma outra questão de significativa relevância no país são os problemas técnicos e de financiamento que têm marcado as preparações para o primeiro pleito desde a saída do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide, em fevereiro de 2004. As eleições parlamentares e presidencial foram marcadas, a princípio, para o dia 13 de novembro, e caso necessário, o segundo turno ocorreria no dia 18 de dezembro de 2005. [ver: [Eleições no Haiti](#)]

De acordo com a Constituição haitiana, um novo governo deve assumir o comando do país até o dia 7 de fevereiro de 2006. Todavia, a falta de infra-estrutura e a violência têm se tornado obstáculos para que equipes eleitorais realizem os procedimentos necessários para que haja eleições, como por exemplo, o registro de pessoas aptas a votar.

O Haiti possui um Conselho Eleitoral que é composto por nove membros. Este Conselho é responsável pela organização das eleições, e tem ainda autoridade para adiá-las. Cada membro do Conselho representa um partido político ou setor da sociedade, embora o partido Lavalas, de

Aristide, tenha se recusado a indicar um representante. De acordo com Patrick Féquiere, um dos membros do Conselho, o Haiti não teria condições de realizar as eleições (marcadas para novembro) se não recebesse mais ajuda internacional. Alguns problemas a serem resolvidos seriam: o baixo número de eleitores que haviam se registrado até meados de setembro de 2005, a dificuldade de instalação de postos eleitorais, e a designação de seções eleitorais para os eleitores. Segundo Féquiere, o Conselho não teria os meios necessários para honrar o calendário eleitoral.

O alerta foi feito depois de a Secretária de Estado estadunidense, Condoleezza Rice, pressionar o Haiti a manter o calendário eleitoral. A secretária cobrou do governo interino a aceleração de medidas para assegurar que as eleições sejam justas e que incluam o maior número possível de haitianos.

Mesmo sob pressões internacionais, as eleições foram adiadas. Inicialmente, o pleito, que tem por objetivo eleger um novo presidente e 129 parlamentares, iria ocorrer no início de novembro, mas foi desmarcado. O primeiro-ministro



haitiano, Gerard Latortue, disse que iria estabelecer uma nova data, ainda em novembro, o que não aconteceu. Sendo assim, o Conselho de Segurança da ONU pediu ao governo interino do Haiti que acelerasse os procedimentos eleitorais, possibilitando que o pleito ocorresse ainda no ano de 2005. Em resposta ao pedido, o primeiro-ministro interino disse aos embaixadores da ONU que as eleições iriam acontecer entre os dias 11 e 18 de dezembro.

Contudo, as eleições foram remarçadas novamente. As datas finais foram estabelecidas entre o fim deste ano e o início de 2006. No dia 27 de dezembro, os haitianos deveriam ir às urnas para escolher um novo presidente, e, em 31 de janeiro de 2006, deveriam ocorrer as legislativas, segundo Gerhard Latortue.

No último dia 23 de novembro, a missão de paz da ONU no Haiti afirmou que as medidas de segurança para as eleições em dezembro estavam totalmente concluídas. Neste mesmo dia, foi anunciada pelo Comitê Eleitoral Provisório, pela terceira vez, uma nova data para as eleições. As datas finais para o pleito são: dia 8 de janeiro de 2006, sendo o segundo turno marcado para o dia 17 de fevereiro. De acordo com o Comitê, o país estava despreparado para realizar as eleições previstas para o dia 27 de dezembro.

Segundo o Secretário-Geral do Comitê, Rosemond Pradel, os nove integrantes do órgão se reuniram para fixar as novas datas. "Estas datas são as datas reais, finais e baseadas em planejamento sério", afirmou Pradel. Seria inviável, segundo ele, realizar as eleições em condições tranquilas, já que o Comitê ainda não havia terminado de imprimir as cédulas, de distribuir os títulos eleitorais a mais de 2,5 milhões de pessoas e treinar funcionários para trabalhar nas eleições.

A violência continua no país, apesar da missão de paz da ONU, liderada pelo Brasil. Um enviado da ONU ao país descreveu a situação de direitos humanos

no Haiti como catastrófica. Essa situação de violência pode estar prejudicando o desenvolvimento dos procedimentos eleitorais no país, mas não deverão ser motivo para impedir que o pleito ocorra, segundo alguns analistas.

Referência

Sites:

BBC News

<http://www.bbc.co.uk>

Folha Online

<http://www.folha.uol.com.br>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

Ver também:

10/06/2004 - [Intervenção da ONU no Haiti: a Busca de Segurança e de Condições de Governabilidade](#)

22/09/2005 - [Eleições no Haiti](#)

Explosão em petroquímica chinesa provoca derramamento de benzeno

Resenha
Desenvolvimento / Integração regional / Segurança

Fernanda Assunção Soares
01 de dezembro de 2005

Uma explosão em uma petroquímica chinesa, localizada na província de Jilin, causou um derramamento de benzeno no rio Songhua. O rio abastece a cidade de Harbin, que devido ao acidente teve o fornecimento de água cortado por três dias. Além de Harbin, a cidade russa de Khabarovsk também deve ter seu abastecimento prejudicado.

Na província chinesa de Jilin, ocorreu, no dia 13 de novembro de 2005, um derramamento de benzeno. O acidente resultou de uma explosão em uma fábrica petroquímica subsidiária da maior companhia de energia chinesa, a *China National Petroleum Corporation* (CNPC). A explosão deixou cinco pessoas mortas e levou a evacuação de dez mil residentes.

Com o derramamento de cem toneladas de benzeno, uma camada de 80 quilômetros de comprimento se espalhou pelo rio Songhua. O benzeno é uma substância química industrial que coloca em risco os seres humanos expostos a altas concentrações, sendo que uma intoxicação pode causar anemia, leucemia, outros problemas sanguíneos e danos aos rins e fígado. Além de representar uma ameaça à saúde humana, o derramamento pode também contaminar a cadeia alimentar e perturbar o ecossistema da região.

O rio Songhua é o principal responsável pelo abastecimento de Harbin, cidade de quatro milhões de habitantes localizada na província chinesa Heilongjiang. Frente às ameaças de contaminação por exposição da população, o governo da província decidiu cortar o fornecimento

de água por cinco dias, sendo restabelecido no dia 27 de novembro de 2005, quando a água pode ser utilizada para a realização de tarefas domésticas. Apenas no dia 29 de novembro de 2005 as autoridades chinesas declararam que era seguro que fosse consumida

A camada de benzeno, no entanto, deve alcançar a Rússia, pois o rio Songhua deságua no rio Heilong - chamado também de Amur pelos russos - localizado na fronteira do país com a China. O Ministro das Situações Emergentes da Rússia disse que os poluentes poderiam afetar mais de 70 cidades e vilas, que possuem no total mais de um milhão de residentes, incluindo Khabarovsk, uma cidade com 580 mil habitantes. Oficiais da área de meio ambiente disseram estar fortalecendo o tratamento de água com cinquenta toneladas de carvão ativado. Além disso, autoridades disseram que assim que a camada de benzeno atingir a Rússia, declararão estado de emergência em Khabarovsk.

Frente aos acontecimentos, o Ministro do Exterior chinês, Li Zhaoxing, encontrou com o embaixador russo na China, Sergey Razov, para oferecer desculpas, em nome de seu país, pelos possíveis danos a serem

sofridos pela população russa como consequência do acidente ambiental.

A mídia chinesa acusou os oficiais de mentirem e tentarem ocultar o derramamento. Segundo jornalistas, por mais de dez dias, oficiais de Jilin haveriam tentado abafar as notícias sobre o caso, e anunciaram que cortariam o fornecimento de água por quatro dias apenas para trabalhos de manutenção regular. Diante dos fatos, o governo chinês ordenou uma investigação e ameaçou punir os responsáveis por esconder os acontecimentos da população.

O derramamento é, segundo analistas, fonte de grande constrangimento para o Presidente Hu Jintao, que dizia ter como prioridade de seu governo a reparação de danos ambientais. Em um pronunciamento o presidente pediu que houvesse uma maior fiscalização para prevenir grandes desastres. Apenas alguns dias após seu apelo, ocorreu uma explosão em uma mina de carvão estatal na província de Heilogjiang, a mesma onde se localizava a petroquímica responsável pelo derramamento de benzeno.

Ambas as explosões despertaram questionamentos sobre o custo do crescimento econômico da China. Cerca de 70% dos rios chineses estão contaminados, e alguns ambientalistas descrevem a situação ambiental do país como péssima. Além do mais, a China possui a maior e mais fatal indústria de mineração do mundo, com vários acidentes em minas causando muitas mortes por ano.

Referência

Sites:

CNN

<http://www.cnn.com/>

The Guardian

<http://www.guardian.co.uk/>

International Relations and Security Network

<http://www.isn.ethz.ch/>

Venezuela e Espanha assinam acordo militar

Resenha
Segurança

Rafaella Arruda Melo Pereira
01 de dezembro de 2005

Chegou à Venezuela, no dia 28 de novembro de 2005, o Ministro da Defesa da Espanha, José Bono. A finalidade de tal visita foi a assinatura do acordo que prevê a venda de equipamentos militares, elaborados por empresas espanholas, ao governo venezuelano.

A chegada do Ministro da Defesa da Espanha, José Bono, ao território venezuelano, representou a finalização formal do acordo militar realizado entre os dois países. Tal acordo estabelece a venda de equipamentos militares fabricados por empresas espanholas à Venezuela. A venda, que é estimada no valor de US\$ 2 milhões, envolve oito patrulhas navais (litoral e oceânica) e doze aviões militares, sendo desses, dez aviões de transporte C-295 e dois de patrulha marítima. Essa venda representa a maior operação econômica da história da indústria militar espanhola.

Juntamente com o Ministro Bono, representantes espanhóis da empresa naval Navantia e da empresa aérea EADS-CASA (sigla em inglês *European Aeronautic Defence and Space Company* - Companhia Espacial e de Defesa Aeronáutica Européia) estiveram também presentes na visita à Venezuela para a assinatura do acordo de compra e venda de equipamentos. Essas empresas serão responsáveis pela fabricação das unidades militares que deverão chegar à Venezuela dentro de 18 a 20 meses, com entrega total prevista até o fim de 2012.

De acordo com o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, os equipamentos serão

utilizados pela Força Aérea e pela Marinha do país no combate ao crime organizado e ao narcotráfico, além de auxiliarem em missões de ajuda humanitária, como em operações de procura e resgate. Anteriormente a esse acordo, países como Suécia, Bélgica, Áustria, França, Itália, Reino Unido, Alemanha, Polônia, Hungria e Brasil já haviam vendido material militar à Venezuela, inclusive a própria Espanha. Em dezembro de 2005, inclusive, o país deverá receber dezenas de milhares de rifles automáticos e helicópteros militares comprados da Rússia.

Os aviões que serão vendidos à Venezuela possuem de 50 a 60% de componentes da tecnologia estadunidense e, segundo autoridades dos Estados Unidos, nenhuma venda poderá ser concretizada sem a autorização prévia dos mesmos. Os Estados Unidos, que acusam Hugo Chávez de intenções autoritárias e de querer exportar uma revolução socialista bolivariana aos países vizinhos, temem também que os equipamentos militares comprados da Espanha possam chegar ao alcance de rebeldes do país ou da Colômbia. Assim, autoridades estadunidenses alegam que podem não conceder a licença de exportação aos aviões militares, uma vez que a venda dos

mesmos poderia significar um fator de desestabilização para toda a América Latina.

O embaixador venezuelano na Espanha, Arévalo Méndez, anunciou que as objeções feitas pela Casa Branca não irão significar nenhum obstáculo ao acordo militar. Segundo ele, os componentes estadunidenses se encontram apenas nos aviões e, se for necessário, haverá tecnologia europeia suficiente para substituí-los.

A Espanha defende que os equipamentos serão utilizados para fins pacíficos. Segundo autoridades do país, os aviões vendidos são unidades destinadas à patrulha, vigilância e transporte, e não ao bombardeio e uso ofensivo, assim como as unidades navais são de uso comum para os serviços de guarda costeira.

Por sua vez, o Ministro espanhol de Relações Exteriores, Miguel Angel Moratinos, alega que a operação será, antes de tudo, uma operação comercial realizada entre empresas, negando-se a opinar quanto à insatisfação dos Estados Unidos em relação ao acordo. Outros diplomatas do país alegam que teria sido melhor aguardar um certo período para a concretização do acordo, uma vez que, feito nas condições atuais, poderá vir a ameaçar os progressos alcançados na normalização das relações com os Estados Unidos.

Apesar disso, não há nenhum questionamento quanto à importância econômica que tal operação terá para o país europeu. O contrato garantirá uma maior atividade para as indústrias espanholas, aumentando o número de postos de trabalho em torno de 600 para a empresa Navantia e de 300 para o grupo europeu EADS-CASA.

Em seu discurso semanal realizado no dia anterior à visita da comitiva espanhola, Hugo Chávez parabenizou as autoridades do país, dentre eles o Rei Don Juan Carlos de Borbón e o Primeiro-Ministro espanhol, José Luis Rodriguez Zapatero, pela firme

resistência diante das pressões feitas pelos Estados Unidos em seu intento de dificultar a concretização do acordo entre os países. Chávez declarou que Espanha e Venezuela são Estados livres e que seguirão sendo.

Referência

Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Clarín.com

<http://www.clarin.com>

El Nacional.com

<http://www.el-nacional.com>

El País

<http://www.elpais.com>

El Universal

<http://www.eluniversal.com>

Folha On-line

<http://www.folhaonline.com.br>

World News

<http://www.wn.com>

Mudanças no governo argentino

Resenha
Economia e Comércio

Sílvia Helena Guilherme Canêdo
02 de dezembro de 2005

O Presidente argentino, Néstor Kirchner, anuncia uma reestruturação no seu governo. Impulsionado pela eleição no legislativo de 3 de seus ministros, o presidente decide também substituir o ministro da Economia Roberto Lavagna, um dos principais responsáveis pela recuperação econômica argentina.

No dia 28 de novembro de 2005 foi anunciada a decisão do Presidente argentino Néstor Kirchner de reestruturação de seu governo, tendo sido substituídos os ministros da Economia, Defesa, Relações Exteriores e Desenvolvimento Social. Aproveitando a eleição de 3 dos seus ministros para postos no legislativo, Kirchner também substituiu Roberto Lavagna, ministro da Economia.

Os novos ministros tomaram posse em 1º de dezembro de 2005, em cerimônia realizada no Palácio do Governo e comandada pelo Presidente Kirchner.

O Ministério da Defesa terá a sua frente Nilda Garré, então embaixadora da Argentina na Venezuela, que substituirá José Pampuro, eleito senador nos comícios parlamentares parciais realizados em 23 de outubro de 2005, quando ganharam os candidatos da ala do Partido Justicialista (peronista) de Néstor Kirchner.

A nova ministra da Defesa teve uma rápida passagem como secretária do Ministério do Interior no governo de Fernando de la Rúa, mas renunciou quando, em abril de 2001, Ricardo López Murphy foi nomeado para o Ministério da Economia.

Nos últimos anos, Garré foi integrante da Comissão de Defesa da Câmara dos

Deputados, cadeira que deixou em maio, quando Kirchner lhe ofereceu a embaixada argentina em Caracas.

O Ministério das Relações Exteriores será comandado por Jorge Taiana, então vice-chanceler de Rafael Bielsa, que deixou o cargo para assumir o cargo de deputado nacional.

O novo chanceler argentino é considerado um dos artífices da aproximação do governo Kirchner com a Venezuela de Hugo Chávez, tendo sido secretário executivo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Juan Carlos Nadalich ocupará o Ministério do Desenvolvimento Social no lugar de Alicia Kirchner, irmã do presidente e senadora, a partir do dia 10 de dezembro, quando assumirá o posto conseguido nas eleições de outubro de 2005. Nadalich era até então o subdiretor do Instituto Nacional de Serviços Sociais para aposentados e pensionistas.

No Ministério da Economia, Roberto Lavagna será substituído pela economista Felisa Miceli.

Felisa Miceli trabalhou para Lavagna em sua consultora privada nos anos 80, tendo sido nomeada por ele como representante do Ministério da Economia no Banco Central em maio de 2002. Em maio de 2003, Lavagna a transformou na primeira

mulher a presidir o Banco de la Nación Argentina, o maior e mais importante do país.

Roberto Lavagna renunciou ao cargo a pedido do próprio presidente Kirchner, em virtude dos movimentos realizados após as eleições parlamentares de 23 de outubro, quando foi consolidado o poder do presidente.

A renúncia de Lavagna aconteceu menos de uma semana depois de ele ter denunciado, durante uma coletiva de imprensa, que as empresas da construção civil na Argentina formariam cartéis de preços para participar das licitações governamentais.

Tal denúncia irritou empresários e pareceu um ato contra o atual ministro de Obras Públicas, Julio de Vido, muito próximo de Kirchner.

Roberto Lavagna assumiu como ministro da Economia em abril de 2002, em meio a aguda crise que afetava o país, durante o governo de Eduardo Duhalde, antecessor de Kirchner. O ex-ministro permaneceu no cargo após a eleição de Kirchner, como forma de angariar apoio e atrair a simpatia da população, do congresso e de investidores ao novo governo, eleito com menos de um quarto dos votos.

Sua substituta, apesar de se identificar com várias de suas políticas, é vista como uma ministra desprovida de independência e influência política. Muitos analistas acreditam que a mudança de ministros no momento é arriscada, tendo em vista que Lavagna foi um dos principais responsáveis pelas condições econômicas do presente.

Miceli assumiu o cargo em um momento em que a Argentina tem pendente uma importante negociação com o Fundo Monetário Internacional (FMI), sobre uma dívida de 5 milhões de dólares. Além disso, a inflação está subindo acima das previsões, podendo terminar o ano com um índice acima de 12%.

Em reação à sua nomeação, investidores

domésticos e internacionais rapidamente demonstraram suas dúvidas em relação a mudança de ministros. Como conseqüências, o peso argentino se desvalorizou frente ao dólar, assim como o risco país subiu.

Apesar das mudanças no governo, Kirchner procurou deixar claro que manterá a continuidade nas suas políticas.

Referência

Sites:

Clarín

<http://www.clarin.com/>

El Mundo

<http://www.elmundo.es/>

El País

<http://www.elpais.es/>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com.br/>

La Nación

<http://www.lanacion.com.ar/>

The New York

<http://www.nytimes.com/>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com/>

Ver também:

14/07/2005 - [A Argentina de Kirchner](#)

Estados Unidos discute o problema da imigração

Resenha
Integração Regional

Tiago Cerqueira Lazier
02 de dezembro de 2005

O intenso fluxo de imigrantes ilegais que adentra o território dos Estados Unidos tem levado a uma crescente importância desse problema no cenário político estadunidense.

Questões referentes à imigração têm ganhado destaque na mídia estadunidense, devido, em grande medida, aos crescentes fluxos de imigrantes que adentram os Estados Unidos pela fronteira com o México (de extensão aproximada de 3.200 km) e que têm gerado na população civil reações hostis tais como a utilização de armas para impedir que as fronteiras entre estes países sejam atravessadas de forma ilegal. Esta questão tem, assim, ganhado maior visibilidade no ambiente político.

Após o feriado de Ações de Graça nos Estados Unidos, o presidente, George W. Bush, visitou os estados fronteiriços do Arizona e Texas, na busca de se avançar na solução do problema da imigração. Os discursos de Bush têm focado em três aspectos: segurança das fronteiras, fortalecimento e aplicação de novas políticas de *enforcement* e combate à migração, e o programa de trabalho temporário. Nesse sentido tem-se falado na utilização de recursos extras, novas tecnologias, maiores contingentes de patrulhamento e a construção de barreiras físicas à imigração para se garantir a segurança das fronteiras.

A política de *enforcement* e combate à migração teria como base recolocar

imigrantes ilegais mexicanos em suas cidades de origem e não apenas do outro lado da fronteira, dificultando o retorno destes aos Estados Unidos. Ademais, muitos imigrantes ilegais são detidos e postos em liberdade devido à incapacidade de se alojar todos eles, portanto se fornecerão mais camas e novos locais de detenção de imigrantes para que esta falha possa ser corrigida. Deve-se também, reforçar o patrulhamento no interior dos Estados Unidos.

Por último, retoma-se a proposta de Bush, lançada em janeiro de 2004, na promoção de um programa de trabalho temporário que permitiria que imigrantes ilegais obtivessem a legalidade. Onze milhões de imigrantes seriam beneficiados, muito embora serão forçados a retornar a seu país de origem após o término do período que lhes foi concedido. Permitiria-se que os imigrantes entrassem no país por um período determinado (propostas vão de 3 a 6 anos) para preencher vagas que os estadunidenses não querem e após este período os imigrantes teriam que sair do país. Segundo palavras do próprio presidente: "o povo estadunidense não deve ter que escolher entre ser uma sociedade acolhedora ou uma sociedade regida por leis". Todavia, este programa



encontra forte oposição dentro do Partido Republicano, o qual o presidente faz parte, já que muitos consideram que estariam sendo coniventes com imigrantes que adentraram nos Estados Unidos de forma ilegal. Bush respondeu a esses opositores ao defender a cobrança de uma taxa sobre imigrantes que entraram no país de forma ilegal, com o objetivo de que estes pudessem se qualificar para participar do programa. Empresários têm apoiado Bush em relação a este assunto, dizem que o mercado de mão de obra para empregos de demanda física, baixa remuneração e agrícolas é muito pequeno e os contratadores tem, assim, competido por imigrantes.

Os programas defendidos por Bush têm enfrentado grande resistência no Senado, muitos acreditam que este não é suficiente para resolver o problema da imigração. Nos próximos meses a Casa Branca precisará convencer diversos senadores com diferentes visões sobre o assunto a adotarem uma política de imigração coerente. Programas mais conservadores têm conseguido adeptos no ambiente político, chegando inclusive a se propor à negação do direito constitucional aos filhos de imigrantes ilegais nascidos no Estados Unidos de obterem a cidadania estadunidense. Ademais se propõe a construção de um muro por toda a extensão da fronteira mexicana, a criação de uma patrulha voluntária da fronteira e a cobrança de multa as pessoas que empregarem imigrantes ilegais. O fato é que o fluxo de imigrantes ilegais é tão grande em estados como Arizona e Texas que os governadores destes chegaram a declarar estado de emergência. Segundo Bush, quatro milhões e meio de imigrantes foram pegos tentando cruzar a fronteira ilegalmente. Mesmo o Partido Democrata se encontra dividido. Uma grande parte da ala desse Partido tem advogado políticas mais compreensivas.

Analistas dizem que Bush deverá agir com cautela em relação a este assunto já que a comunidade hispânica nos Estados

Unidos tem se fortalecido cada vez mais como uma importante minoria eleitoral. A comunidade hispânica manifestou sua compreensão da necessidade de se resolver o problema da imigração ilegal, muito embora ressaltou que se deva focar a ação em indivíduos de práticas criminosas e demonstrou repúdio a atitudes mais conservadoras.

O plano de Bush precisa ser visto como uma tentativa de se obter um consenso das mais diferentes visões, especialmente da sua base de sustentação, ou seja conservadores e empresários. Dessa forma ao mesmo tempo em que se promete endurecer o jogo contra imigrantes ilegais, se promete fornecer mais vistos para estrangeiros. Os empresários precisam dos imigrantes como mão de obra para trabalho os quais estadunidenses não estão dispostos a realizar, enquanto os conservadores vêem os custos de policiamento, saúde e educação aumentarem com a imigração ilegal. Os gastos com o patrulhamento da fronteira atingem por ano 1,4 bilhões de dólares, representando um dos maiores custos do exercito. Ademais, do ponto de vista cultural, o crescente tamanho da população migrante pode implicar um crescimento da resistência a esta migração, tendo em vista desejos de se manter a cultura estadunidenses pura, na busca de não se alterar uma identidade nacional que passa a ser desafiada à medida que a cultura hispânica torna-se mais importante no Estados Unidos.

Alguns analistas criticam a atual posição estadunidense com relação principalmente aos imigrantes mexicanos, já que a formação de um bloco regional de livre circulação de bens, finanças, serviços e informações implicaria um aumento do fluxo de pessoas. Esta visão aponta para o fracasso de medidas unilaterais, já que os imigrantes tentam cruzar as fronteiras em áreas mais remotas, aumentando-se o número de mortes. A dificuldade de se cruzar às fronteiras faz com que imigrantes sazonais resolvam se instalar

permanentemente nos Estados Unidos.

O problema da imigração nos Estados Unidos reflete-se em problemas econômicos, políticos, sociais, culturais e de integração regional. Não existe consenso com relação a que medidas devem ser tomadas, muito embora a sociedade e o problema por si só demandem soluções urgentes. Bush tem que ser, assim, capaz de formular um plano que seja eficaz, em um momento que sua popularidade se encontra em queda.

Referência

Sites:

CNN

<http://www.cnn.com>

International Herald Tribune

<http://www.iht.com>

Washington Post

<http://www.whashingtonpost.com>

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Ana Flávia Lima Teles; Bárbara Gomes Lamas; Carolina Andressa Lima; Carolina Dantas Nogueira; Fernanda Assunção Soares; Jéssica Naime; Rafaella Arruda Melo Pereira; Sílvia H.G. Canêdo; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>